

TERMO ADITIVO Nº 001/2012 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA, O COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E O CONSELHO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, doravante denominada SPM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº05.510.958/0001-46, com sede nesta capital, neste ato representada pela Chefe de Gabinete, Oroslinda Maria Taranto Goulart; o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, doravante denominado MJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0013-70, com sede nesta capital, neste ato representado pelo Secretário de Reforma do Judiciário Flávio Croce Caetano; o CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, doravante denominado CNJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.421.906/0001-29, com sede nesta capital, neste ato representado pelo Conselheiro Ney José de Freitas; o CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA, doravante denominado CNPG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.452.511/0001-93, com sede no Rio de Janeiro, neste ato representado pela Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues Dalla Costa; o COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº05.499.495/0001-69, com sede no Rio de Janeiro, neste ato representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Miguel Kfourri Neto e o CONSELHO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS, doravante denominado CONDEGE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.599.094/0001-80, com sede em Minas Gerais, neste ato representado por sua titular, Norma Brandão de Lavenère Machado, resolvem firmar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com observância às disposições constantes na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, além de legislação correlata e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência, cláusula quinta, e alteração das partes para inclusão da parceria do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, doravante denominado **CNMP**, neste ato representado pela Conselheira Maria Ester Henriques Tavares, que passa a ter a seguinte redação:

“A **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, doravante denominada **SPM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº05.510.958/0001-46, com sede nesta capital, neste ato representada pela Chefe de Gabinete, Orosinda Maria Taranto Goulart; o **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, doravante denominado **MJ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0013-70, com sede nesta capital, neste ato representado pelo Secretário de Reforma do Judiciário Flávio Croce Caetano; o **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, doravante denominado **CNJ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.421.906/0001-29, com sede nesta capital, neste ato representado pelo Conselheiro Ney José de Freitas; o **CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA**, doravante denominado **CNPG**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.452.511/0001-93, com sede no Rio de Janeiro, neste ato representado pela Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues Dalla Costa; o **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº05.499.495/0001-69, com sede no Rio de Janeiro, neste ato representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Miguel Kfoury Neto e o **CONSELHO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS**, doravante denominado **CONDEGE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.599.094/0001-80, com sede em Minas Gerais, neste ato representado por sua titular, Norma Brandão de Lavenère Machado, resolvem firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com observância às disposições constantes na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, além de legislação correlata e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:”

“DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA - O prazo de vigência do referido Acordo fica prorrogado por dois anos, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse dos partícipes.”

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

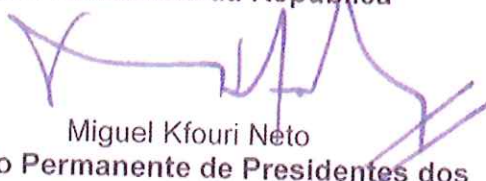
A publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, no Diário Oficial da União, correndo às expensas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº.8.666/93 e suas alterações.

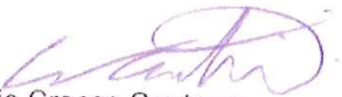
CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do referido Acordo não alteradas por este Termo Aditivo.

Curitiba-PR, 14 de dezembro de 2012.



Oroslinda Maria Taranto Goulart
Secretaria de Políticas para as Mulheres
da Presidência da República



Miguel Kfourri Neto
Colégio Permanente de Presidentes dos
Tribunais de Justiça



Flávio Crocce Caetano
Ministério da Justiça


Ney José de Freitas
Conselho Nacional de Justiça


Maria Ester Henriques Tavares
Conselho Nacional do Ministério Público


Lindinalva Rodrigues Dalla Costa
Conselho Nacional de Procuradores-
Gerais de Justiça


Norma Brandão de Lavenère Machado
Conselho Nacional dos Defensores
Públicos-Gerais


Lucielle Cavalheiro de Araújo
Defensora Pública - Madep 0222
Representante do CONDEGE



EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2013 - UASG 101176

Número do Contrato: 20/2011
Nº Processo: 0019901639220108
PREGÃO SRP Nº 50/2010 Contratante: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO-CNPJ Contratado: 00710799000100. Contratado: ALLEN RIO SERV. E COM DE PROD. DE INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Prorrogação a vigência do Contrato original por 1 mês, contado a partir de 30 de dezembro de 2012. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993. Vigência: 30/12/2012 a 29/01/2013. Valor Total: R\$6.799,89. Fonte: 100000000 - 2013NE800049. Data de Assinatura: 28/12/2012.

(SICON - 24/01/2013) 170940-00001-2013NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2013 - UASG 101176

Número do Contrato: 43/2010
Nº Processo: 0019901675201091
PREGÃO SRP Nº 50/2010 Contratante: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO-CNPJ Contratado: 00710799000100. Contratado: ALLEN RIO SERV. E COM DE PROD. DE INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Prorrogação a vigência do Contrato original por 1 mês, contado a partir de 30 de dezembro de 2012. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993. Vigência: 30/12/2012 a 29/01/2013. Valor Total: R\$14.103,70. Fonte: 100000000 - 2013NE800046. Data de Assinatura: 28/12/2012.

(SICON - 24/01/2013) 170940-00001-2013NE800001

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2012

ESPECÍE: Termo Aditivo nº 001/2012 ao Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, o Colégio Permanente de Desembargadores Federais de Justiça, e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais para os fins que especifica. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência, cláusula quinta, e alteração das partes para inclusão da parcela do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, durante o prazo de vigência, neste ato representado pela Conselheira Maria Ester Henrique Tavares, que passa a ter o seguinte redação: "A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESI-

DENCIA DA REPÚBLICA, durante denominada SPM/PR, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 05.510.938/0001-46, com sede nesta capital, neste ato representada pela Chefe de Gabinete, Orestina Maria Tarrão Goulart, o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, durante denominado MJ, inscrito no CNPJ/ME sob o nº. 00.934.494/0014-70, com sede nesta capital, neste ato representado pelo Secretário de Reforma do Judiciário Flávio Croce Castanho, o CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, durante denominado CNJ, inscrito no CNPJ/ME sob o nº. 07.421.908/000-29, com sede nesta capital, neste ato representado pelo Conselheiro Nay José de Freitas, o CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA, durante denominado CNPG, inscrito no CNPJ/ME sob o nº. 07.452.511/0001-93, com sede no Rio de Janeiro, neste ato representado pela Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, o COLEGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, inscrito no CNPJ/ME sob o nº. 05.499.493/0001-69, com sede no Rio de Janeiro, neste ato representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Miguel Kfouri Neto e o CONSELHO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS, durante denominado CONDHPAG, inscrito no CNPJ/ME sob o nº. 05.559.024/001-80, com sede em Manaus Gerais, neste ato representado por sua titular, Norma Brandão de Lacerda Meléndez, resolveu firmar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com observância às disposições constantes na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, além de legislação correlata e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas: "VIGÊNCIA: O prazo de vigência do referido Acordo fica prorrogado por dois anos, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes."

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPECÍE: Termo Aditivo Nº 00001/2012 ao Convênio Nº 000/0/2011. Nº Processo: 00008900382401106. Conventos: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PREVIDÊNCIA Gestão: 2009/16. Gestor: 00091. Conveniente: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. CNPJ nº 87.938.893/0001-66. Interveniente: RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO. CNPJ nº 87.934.675/0091-96. Objeto: Promover a elaboração do Convênio Original em sua Única Tomada, visando a prorrogação do prazo de vigência, com inclusão de novos recursos, conforme Plano de Trabalho e Projeto Básico elaborados pela CONVENIENTE e aprovados pela CONCEDENTE, os quais possuem a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de sua transcrição. Valor Total: R\$ 468.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 78.000,00. Valor a ser transferido ou descontabilizado no exercício em curso: R\$ 390.000,00. (Orçamento Orçamentário: PIR/S: 45617. Fonte: Recurso - 0100000000 - 339391. Num Empenho: 2012NE800350. Vigência: 30/12/2011 e 23/12/2013. Data de Assinatura: 23/12/2012. Signatários: Concedente: PATRÍCIA BARCELOS, CPF nº 736.890.210-91. Conveniente: FABIANO FERREIRA, CPF nº 939.034.990-72. Interveniente: JARSO FERNANDO HERTZENRO, CPF nº 044.693.210-83.

(SICONV - 24/01/2013)

REDEFINIÇÕES

No Extrato do Convênio nº 774213/2012 - SNPDH, publicado no Diário Oficial da União de 24/01/2013, Seção 3, página 3, onde se lê: "Concedente: MARIA DO ROSARIO NUNES, CPF: 489.893.710-15", lê-se: "Concedente: PATRÍCIA BARCELOS, CPF: 736.890.210-91"

No Extrato do Convênio nº 7.6639/2012 - ENI, publicado no Diário Oficial da União de 24/01/2013, Seção 3, página 3, onde se lê: "Concedente: MARIA DO ROSARIO NUNES, CPF: 489.893.710-15", lê-se: "Concedente: PATRÍCIA BARCELOS, CPF: 736.890.210-91"

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATAIS

ESPECÍE: Contrato de Licenciamento EBC/DJR/COORD-CD Nº 117/2012. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC. Contratado: Equipe Sport Promotion e Eventos Ltda. Objeto: licenciamento nacional, para TV aberta, em caráter de exclusividade, e interacional, via TV Brasil interacional, dos direitos de transmissão da Serie C do Campeonato Brasileiro de Futebol, temporada 2013, e a prestação de serviços de produção para entrega do sinal. Fixado em áudio e vídeo, dos jogos de temporada 2013. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 art. 25, caput, e Decreto nº 6.505/08, art. 64, caput. Valor Global: até R\$ 9.935.000,00 (nove milhões e novecentos e cinquenta e cinco mil reais). Dados dos Empenhos: Programa de Trabalho 04/22/2025.20350001 (Fornecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação) Elemento do Despesa 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), Notas de Empenho: 2012NE02566 e 2012NE02567. Emissão: 17/10/2012. Valores: R\$ 135.867,77 e R\$ 364.132,23. Vigência: 996 (quinhentos e nove) dias, a contar da data de assinatura. Assinatura: 20/12/2012. Processo nº 3.155/2012

ESPECÍE: Acordo de Cooperação EBC/DJR-RUGAEC Nº 14/2012. Contratantes: Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas - TV Cultura. Objeto: estabelecer bases para uma parceria institucional, por meio de mútua cooperação entre os participantes, visando principalmente, mas não se limitando a, o compartilhamento de conteúdo e a coprodução de conteúdo, tudo em conformidade com o estabelecido Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, que instituiu o Estatuto da Empresa Brasil de Comunicação, e o Estatuto da Fundação Padre Anchieta. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, art. 116. Valor Global: R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais). Dados do Empenho: Programa de Trabalho: 04/22/2025.20H50001 (Fornecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação) Elemento do Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) Nota de Empenho: 2012NE02747. Emissão: 09/11/2012. Valor: R\$ 600.000,00. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura. Assinatura: 09/11/2012. Processo nº 3.069/2012

ESPECÍE: Termo de Cooperação Técnica EBC/DJR-RGACD Nº 012/2012. Partes: Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Objeto: estabelecimento, pela EBC, das condições para operação pela UFSM dos equipamentos empregados para transmitir os sinais do serviço de radiodifusão sonora consignado a EBC, em Santa Maria-RS, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativas, utilizando o Canal 100 E, Classe B1, atendendo as exigências da legislação vigente. Fundamento Legal: Lei nº 11.652/08, art. 5º, § 2º, Inciso I. Valor Global: sem ônus. Vigência: 02 (dois) anos a partir da data de assinatura. Assinatura: 30/11/2012. Processo nº 3.200/2012.

ESPECÍE: Termo de Cooperação Técnica. Partes: Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e o Conselho Nacional do Sesi. Objeto: mútua cooperação visando a reprodução privada e gratuita, por veiculação na grade de programação de televisão da EBC e de suas emissoras afiliadas e conveniadas da obra audiovisual denominada "Cocinho Brasil - Receita de Família", projeto idealizado pelo Conselho Nacional do Sesi e gerido pelo Departamento Nacional do Sesi, composta de 35 (trinta e seis) programas, cada um com duração de 26' (vinte e seis minutos), sobre educação alimentar. Fundamento Legal: Lei nº 11.652/08 e Lei nº 8.666/93, art. 116. Valor Global: sem ônus. Vigência: 01 (um) ano a partir da data da primeira exibição do programa. Assinatura: 15/12/2010. Processo nº 2.950/2010.

ESPECÍE: Termo Aditivo nº 01 ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e o Conselho Nacional do Sesi. Objeto: alteração do prazo de vigência original que passará a ser de 02 (dois) anos a contar da primeira exibição dos programas. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, artigos 57 e 65. Valor Global: sem ônus. Vigência: a partir da data de assinatura. Assinatura: 13/10/2011. Processo nº 2.650/2010.

ESPECÍE: Termo Aditivo nº 04 ao Termo de Cooperação nº 0015/2010, celebrado entre a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e a Universidade Federal do Ceará. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto no Termo de Cooperação original. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, art. 57, e Portaria Interministerial nº 127/08, art. 37. Valor Global: sem ônus. Vigência: início em 31/08/2012 e término em 31/10/2012. Assinatura: 31/08/2012. Processo nº 1.730/2010.

ESPECÍE: Termo Aditivo nº 05 ao Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações RDB/DJR/Nº 0157/2007. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC. Contratada: Brasil Telecom S/A - Filial Distrito Federal. Objeto: reajustar o valor mensal e prorrogar, em caráter excepcional, e o prazo de vigência do Contrato Original. Do Valor o novo valor será de R\$ 60.114,00. Dos Recursos Orçamentários: Os Recursos Orçamentários para atender as despesas da presente programação durante o exercício financeiro de 2013 serão discriminados em Termo Aditivo específico. Os logs e respectivos orçamentos estão publicados no Diário Oficial da União - D.O.U., e disponibilizado no SIAFH, quando, igualmente, será indicado o número da respectiva Nota de Prêcatório. Vigência: 01/01/2013 a 31/06/2013. Assinatura: 31/12/2012. Processo: 2117/2009.

AVISOS DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO Nº 642010

A Pregoeira da EBC comunica aos interessados que, para fins de regularização processual, os lances participantes do certame foram desclassificados, caracterizando uma licitação fracaçada.

ISIDEC - 24/01/2013 115406-20415-2013NE000092

PREGÃO Nº 642012

A Pregoeira da EBC comunica aos interessados que foram desclassificados todos os lances participantes do Pregão em tela, sendo caracterizada uma licitação fracaçada.

MARIA CRISTINA BRANDÃO SANTOS

ISIDEC - 24/01/2013 115406-20415-2013NE000092

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRESA NACIONAL

DIMA VIANA ROUSSEFF
Presidente da República

CELESTINA HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado-Chefe de Casa Civil

HERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos oficiais

SEÇÃO 2
Publicação de atos oficiais de caráter pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, atos e circulares.

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Distribuição

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHIMAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representações autorizadas para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas.
http://www.oi.gov.br
Sede: Quadra 6, Lote 2000 - C.A. - Setor de Processamento de Dados - Brasília - DF
CEP: 71600-000
Fone: (61) 3133-3100